

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O TRABALHO AGRÍCOLA FAMILIAR: UMA PEDAGOGIA DO SABER POPULAR

Valdir Rocha Santana

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Christiane Corrêa de Oliveira

Professora da Rede Pública da Educação Básica do Estado da Bahia

Resumo: Este trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento que ressalta a importância da Educação do Campo e sua influência nos espaços e produção agrícola familiar na Comunidade a Boa Vista localizada no município de Santo Antônio de Jesus/Ba. Os produtores da referente localidade trabalham com a mandiocultura, atividade essa que dinamiza a economia local a partir do conhecimento pedagógico, saber cultural, tradição e trabalho familiar organizado. A ideia é discutir como a Educação do Campo poderá contribuir e também aprender com os conhecimentos produzidos pelos agricultores da comunidade local.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Educação do Campo. Trabalho.

INTRODUÇÃO

A referente pesquisa tem como proposta investir no trabalho agrícola familiar da comunidade da Boa Vista que trabalha com a mandiocultura. A princípio, a ideia é trazer para a discussão a Educação do Campo como pilar essencial seguido de seus princípios e fundamentos teóricos e metodológicos que asseguram a participação do agricultor local no mundo do trabalho e a valorização dos saberes tradicionais da comunidade.

A referente Comunidade está localizada no município de Santo Antônio de Jesus interior da Bahia, considerada grande influência econômica das localidades da região do Recôncavo baiano. Nesta perspectiva, é intensa a ideia de que a Educação do Campo se articule com os trabalhadores do referente local para maior visibilidade no campo e interação entre a prática da produção e do cultivo da Agricultura familiar na perspectiva de construir uma trajetória de vida sustentável e basicamente ecológica sob a luz do trabalho familiar da mandiocultura na comunidade.

Para Freire (2000) produzir conhecimentos e trabalhar com a Educação do Campo é reconhecer que os processos de produção agrícola familiar têm novos sentidos de emancipação e conquistas dos movimentos agrários a partir da luta e resistência por uma educação emancipadora e de qualidade que venha tratar dos valores culturais, direitos, justiça e igualdade nos espaços de ocupação civil políticos, econômicos nas esferas locais e nacionais.

A Construção dessa pesquisa é direcionada para o investimento sociocultural da comunidade da Boa Vista e o seu desenvolvimento econômico voltado para a produção local. O objetivo desta análise é compreender como os princípios da Educação do Campo poderão agregar valor ao trabalho dos agricultores familiares da Boa Vista, levando em consideração as história e saberes da cultura local juntamente com as práticas agroecológicas de sustentabilidade na no cultivo da mandiocultura. Dentre os procedimentos metodológicos para esta investigação social reflexiva, faz-se necessário sistematiza o objeto de estudo a partir da técnica da natural da observação da realidade onde vive os produtores da comunidade na qual visa discutir as vivências e as experiências do agricultor com o seu trabalho no campo.

O referente trabalho é fundamentado por um processual levantamento bibliográfico e revisão de literatura que contribui fortemente com o desenvolvimento da pesquisa. Principais autores como Antunes (2009), Caldart (2002), Freire (2000), Marx (1985), Molina (2002) dentre outros e relevantes fontes de acesso são referencias fundamentais que apresentam a pesquisa conceitos e categorias de análises importantes para a sua construção. Teoricamente esses autores apontam elementos norteadores com a função de orientar o pesquisador a fazer uma interação direta entre a teoria e a prática realizada. Uma abordagem direcionada ao sujeito de maneira livre e espontânea com relatos da vida e do trabalho familiar são características e registros das falas dos sujeitos são coletados e prescritos como indicadores para a compreensão do fenômeno social da comunidade. Dentre os métodos e as técnicas selecionados para a pesquisa, faz-se o uso necessário da tecnologia digital para coletar e registrar as informações das entrevistas e imagens fotográficas; ferramentas essenciais na organização e construção durante o processo. A tecnologia digital neste momento será de fundamental importância para o sentido real da compreensão entre a teoria e a prática do objeto de estudo principalmente pela ausência do pesquisador no campo por não poder se aproximar presencialmente dos sujeitos envolvidos com o processo de produção devido a Pandemia mundial do novo coronavirus.

1. A Educação do Campo e a força do Trabalho Agrícola Familiar

O desenvolvimento do campo na perspectiva da educação camponesa como orienta Freire (2000), trata-se de projetar conhecimentos e trabalhar com práticas pedagógicas a partir da Educação do Campo. Com isso, agregar valor a produção agrícola familiar, é construir um trabalho livre para o mundo e fortalecidos pela emancipação dos movimentos agrários. Segundo este grande mestre da educação, os saberes e as experiências de vida são práticas que libertam o indivíduo de suas próprias prisões, é através desse pensamento que o indivíduo se organiza a partir de uma percepção mundo, vivências históricas e culturais e se torna construtor do conhecimento em uma educação transformadora.

Quando a sociedade trabalhadora coloca “como prática da liberdade, um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (FREIRE, 1980, p. 25), a força da crítica social incomoda aos massacres do sistema mercantil capitalista. Paulo Freire traz em suas obras denúncias sobre os privilégios e exploração da classe dominante, ruralista e empresarial “não apenas temos história, mas fazemos a história que igualmente nos faz e que nos torna, portanto, históricos” (FREIRE, 2000, p. 40).

Esse espaço de reprodução social e pedagógica é formado por relações humanas se constroem, reproduzem e caracterizam o lugar com o decorrer do tempo através de suas histórias e tradições. É através da política econômica e cultura, que a mercantilização do trabalho se consolida seja em espaços do campo ou da cidade. Trabalhadores do mundo do trabalho como aponta estudos da Educação do Campo assumem atividades que exigem a responsabilidade de produzir para o “sustento da sociedade “portanto, é uma forma fundamental complexa de interação dinâmica constitui-se na especificidade do ser social” (ANTUNES, 2009 p. 141)”. São trabalhadores da base da pirâmide social que alimenta a nação e se tratando de produção de alimentos, conseqüentemente refere-se ao trabalho no campo constituído por agricultores familiares.

Em determinados momentos históricos as crises capitalistas interferiram no trabalho exercendo influências mundiais, essencialmente no campo com as forças ruralistas mercantilistas. Caldart (2002) chama atenção das possibilidades de transformação social, a crise capitalista agoniza a população camponesa e suas atividades. Segundo a autora é necessário que se faça uma política ética que qualifique a mudança nas comunidades e que o modo de produção.

O conceito de trabalho especialmente na ideia da autora reporta a transformação do sistema social, expressa sentimentos, força e atitudes; é uma necessidade humana, mas também é fonte de exploração do capital. Para os empregados “trata-se igualmente de um lugar subalterno e subordinado que submete o campesinato a um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução” (WANDERLEY, 2003, p. 56). Antunes (2009) em suas construções defende a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial. Marx (1985) enfatiza o trabalho como essência do homem, uma relação típica com a natureza:

É atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1985, Tomo I, p. 153).

Segundo o autor, o trabalho é a atividade humana materializada pelos valores de uso, trata-se de uma apropriação humana pelo ambiente natural para satisfazer as suas necessidades, apresenta atividades adequadas para a emancipação do trabalho como os objetos, instrumentos, matéria primas e o elemento mais demonstrado. É a força viva da mão de obra humana que transforma a sociedade e os modos de produção. É o trabalho cumprindo sua função social a partir da reprodução social por trabalhadores camponeses. As potencialidades que representa e emancipa o trabalho no campo e a construção de saberes comunitária, são combates e enfrentamentos direcionados a supremacia do modo de produção capitalista caracterizada pela ação dominante do Agronegócio; um sistema de atravessadores que ameaça não somente o processo de produção agrícola familiar camponês, mas também o aniquilamento cultural e popular construído pelo povo camponês. Este seguimento de potencialidades na produção agrícola familiar permite que a Educação do Campo seja uma estruturação social e cultural fortalecer a agricultura familiar, uma das categorias de análise relacionada ao trabalho camponês que mais se consolida no mundo da produção agrícola socioeconômica.

2. A produção agrícola familiar atrelado a Educação do campo

Agricultura Familiar, como a palavra indica, é o sistema de cultivo e produção agrícola por parte de uma família, onde os produtores são gestores e trabalhadores das suas próprias terras. Cada um dos indivíduos que compõe uma unidade familiar trabalha de acordo

as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar que se organiza para desenvolver estratégias funcionais. Os agricultores familiares para complementarem sua renda procuram promover novas formas de reorganização no trabalho passando a estabelecer um conjunto de atitudes ligadas a responsabilidades, cooperação, criatividade e adaptabilidade. Aperfeiçoar o processo de produção através da introdução de técnicas agrícolas, inserir mão-de-obra qualificada no setor da divisão de trabalho, são características próprias e pertinentes dentro de um processo de organização espacial local para um desenvolvimento econômico e cultural (SANTANA, 2016).

Para o agricultor familiar sua função é cultivar o campo e contribuir com a sociedade que conseqüentemente é responsável também pelo desenvolvimento do país, porém entende que há a necessidade primordial de investir na agricultura pelo investimento de políticas públicas. Mas a maioria das vezes e os maiores beneficiados são as classes dominantes rurais, enquanto os camponeses são desprezados e dispensados dos programas agrícolas (SANTANA, 2016). Schneider (1999) e Abramovay (1992) fazem uma análise da agricultura familiar, acreditam que forças políticas e ideológicas tentam impedir a existência e a compreensão das identidades que reafirmam conceitos agrários.

Para Paulino (2003) o campo é estruturado por uma divisão do trabalho organizado pelas familiares e funciona precisamente nas pequenas propriedades. Os agricultores produzem seu próprio alimento e repassa os saberes e o conhecimento da terra para seus descendentes. Quando há necessidade de ampliar a produção, outros membros da família ou vizinhos da comunidade são chamados para ajudar na produção, o trabalhador depende também de outros consumos para o seu sustento, precisa vender seus produtos e comprar o essencial para a família. Bianchini (2000) defende a importância do conceito da Agricultura Familiar no campo, há uma necessidade de preservar a identidade de um povo no trabalho familiar organizado. Nisso, a construção de saberes é de suma relevância para garantir a participação dos sujeitos no campo e desenvolver processos toleráveis em harmonia com a natureza, compatível com a reprodução social agroecológica e a soberania alimentar nas comunidades.

Dados do IBGE (2015) apresentam uma forte recuperação da atividade agrícola familiar no semiárido nordestino entre o ano de 2014 e 2015. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA da época no ano de 2014 informou que no Nordeste brasileiro 89% dos estabelecimentos são da Agricultura Familiar, destacando a Bahia com o maior número de estabelecimentos familiares com 15,2% do total. Assim, a Lei de 11.326 de

24 de junho de 2006 estabeleceu diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura e Empreendimentos Familiares Rurais e do Campo.

O seguimento desse processo da agricultura familiar representa a maioria da população camponesa e contribui para a geração de emprego e renda, além da produção de alimentos para o consumo interno (VELOSO, 2013, p.28). Assim, “o processo de individualização do trabalho da unidade agrícola (part-time), isto é, as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, deixam de ser responsabilidade apenas de um conjunto dos membros da família para ser de um ou outro membro dela” (CARNEIRO, 1998; apud GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p.230). Os autores chamam atenção sobre a complexidade do trabalho, a necessidade de mão de obra e a garantia de renda familiar.

Wanderley e Veiga (1995) ressaltam o modelo de gerenciamento familiar na produção. Para os autores é importante lembrar também a figura do patriarcado na agricultura familiar. Os ciclos de vida nos sistemas de autoridade familiar no modo de produção são realizados com o uso da prática, cujos saberes tradicionais são necessários para obter rendimentos, manter pessoas cuidando das atividades no campo e interessados nos produtos para o consumo. Mesmo a sombra do sistema mercantilista do agronegócio, os agricultores familiares ainda continuam preservando elementos da cultura camponesa em suas propriedades:

A pequena produção agrícola familiar passa nesse momento a se reproduzir e a se adaptar, num contexto socioeconômico próprio do sistema capitalista, que a leva a realizar modificações no seu jeito de produzir e no seu jeito de viver. Mas, estas mudanças não caracterizam um abandono total, ou uma ruptura generalizada e definitiva com a forma anterior de produção. Embora haja a necessidade de adaptar se às novas exigências da sociedade moderna, este pequeno agricultor familiar ainda traz consigo e mantém certas tradições e costumes da cultura camponesa, herdada dos seus antepassados (STOFEEL, 2004, p. 45).

Enquanto na agricultura moderna são implantados artifícios neoliberais em sua formação, a familiar é orientada por agricultores do campo. Juntos preservam a cultura do trabalho familiar em suas pequenas propriedades e relações sociais comunitárias. Esta construção teórica aponta especificamente em vários momentos a dominação hegemônica da sociedade burguesa, isso representa historicamente o camponês desenvolvendo estratégias de como sobreviver às desigualdades que assombram o campo e de resistir às formas de opressão.

3. Os saberes agroecológico como forma de organização agrícola familiar

Todos esses relatos e conceitos levantados sobre a Agricultura familiar diante da realidade da atividade agrícola nos espaços de produção apontam informações e conhecimentos construídos graças à praticidade do trabalhador camponês. Dessa forma a organização do trabalho agrícola familiar se constitui também com a Agroecologia, uma ideia sustentável que possibilita a implantação da soberania alimentar para a potencialização dos sujeitos em conjunto com Educação do Campo.

A definição para esse contexto é a realização do trabalho que caracteriza uma aprendizagem pedagógica seja no chão de uma escola ou no cultivo de plantas nos quintais. O Caderno Educação do Campo *“Diferenças do mundo e paradigmas”* da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, trazem conceitos do campo de uma forma original que caracteriza a diversidade na educação camponesa numa perspectiva ecológica e sustentável:

A sustentabilidade e à diversidade complementam a educação do campo ao preconizarem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas. Levam em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural, bem como a equidade de gênero, étnico-racial, intergeracional e a diversidade sexual (SECAD, 2002, p.13).

Diante disso, percebe-se como os povos do campo e suas expressões culturais sintonizam com a natureza, é um conjunto de diversidade popular refletindo a sua pluralidade nos sistemas naturais e produto de uma relação humana coletiva. O “saber agroecológico contribui para a construção de um novo paradigma produtivo ao mostrar a possibilidade de produzir com a natureza” (Leff, 2002, p. 44), é reconhecer que a natureza é continuidade da vida de todos os seres e continuará alimentando a população a partir da preservação ambiental.

Para Flores (2006) essa articulação cultural e ancestral familiar faz com que os sujeitos do campo fortaleçam relações de afinidades com o lugar que vive e reafirmam suas identidades. É simplesmente uma maneira de desenvolver maiores habilidades também na agricultura, são construções sociais associadas às estratégias para o trabalho.

As propostas agroecológicas e culturais para os espaços de produção são essenciais e em algumas comunidades ou território, permite elencar um determinado produto de valor

nacional ou local indicado como referência principal baseado nos desejos popular e nas potencialidades econômicas do lugar.

Para Gliessman (2000) e Altieri (2004) a agroecologia é reconhecer o conhecimento dos camponeses familiares. O “conhecimento acumulado pelos povos deve contribuir para o desenvolvimento de novas forças produtivas da natureza e do trabalho humano, de modo que temos tempo e condições para a organização de todos os outros aspectos da nossa vida” (VIA CAMPESINA, 2009). A agroecologia defende a sobrevivência e a soberania alimentar a partir da consciência política das pessoas envolvidas nesse processo.

Entretanto, a agroecologia aprecia “novos paradigmas capazes de promover a ampliação das condições de acesso a alimentos saudáveis mediante a implantação de sistemas de produção agrícola ecologicamente equilibrado” (BRASIL, 2016). Na agricultura familiar a relação entre homem e natureza é harmoniosa e saudável, trata-se de uma relação mais equilibrada e sustentável onde os camponeses criam melhores condições de lidar com a terra. Durante o plantio o agricultor familiar aproveita para demonstrar a capacidade de suas experiências como possibilidades de transformação ambiental e social.

Caporal e Costabeber (2004) sugerem que as práticas agrícolas comecem a partir da agroecologia. A agricultura moderna se baseia em alternativas de grandes consumos para o lucro, atendendo as demandas do mercado expressivo conduzido pela agroindústria e proprietários ruralistas. Este tipo de atividade caracteriza iniciativas reprodutivas do agronegócio defende a ideia de alterar a natureza para ampliar os modos de produção a exemplo das formas biológicas, biotécnicas, biodinâmicas dentre outras bases agrícolas que os autores chamam de técnicas elitizadas.

As Leis de Diretrizes de Bases, diz que todos devem ter acesso à educação, estudar as praticidades agrícolas sustentáveis e a inclusão dos sujeitos no mundo do trabalho também é uma das características que a educação possibilita a todos. A educação do campo reforça esses direitos legítimos especificamente para o agricultor familiar camponês, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, indígenas, extrativistas e pessoas do Movimento dos Sem Terra (MST). Segundo o Documento da Conferência Nacional “*Por Uma Educação Básica do Campo*” realizada em Luziânia em julho de 1998, historicamente o camponês vivencia maneiras de se relacionar com o tempo, o espaço e o meio ambiente bem como sua forma de viver, como as famílias se organizam em comunidade.

A “solidariedade” a sociabilidade e a complexidade da práxis social não podem ser separadas estão interligadas entre si como reforça Caldart, 2002. Segundo a autora a ideia é que a “Educação do Campo se coloque a disposição para ampliação das políticas públicas de renovação no âmbito de conquistas do espaço agrário como forma de estruturação social e que, fortalece a participação popular do campo” (CALDART, 2002 p. 18). Kolling (1999) consolidou-se teoricamente que a Educação do Campo considera os camponeses familiares como trabalhadores protagonistas do espaço onde constrói suas relações sociais.

Arroyo; Caldart e Molina (1998) também discutem a Educação do Campo como compromisso de vida para o trabalhador, os movimentos sociais e a luta de classe fazem parte de uma construção social, é realmente um objeto de estudo e de um espaço para viver com o fruto do seu trabalho complexo com a diversidade. A Educação brasileira é regida por uma legislação, cuja Lei nº. 9.394/96) em seu Art. 1º, § 1retrata:

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º - Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º - A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

A legislação retrata a condição educacional de pessoas que vivem e trabalham na roça, devem ocupar e liderar parte desta organização, ou seja; de forma profissional como educadores do campo ou pelo conhecimento do senso comum da comunidade. Com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em 2002, os avanços na Educação do Campo passaram a ganhar força nos movimentos sociais, porém há grandes desafios para os camponeses enfrentarem no espaço agrário. De acordo a Coleção Cadernos Temáticos sobre Educação do Campo (2010), é preciso pensar na perspectiva da implantação da educação no campo para que se possa transformá-la a comunidade através de ações e práticas sociais.

4. Considerações Preliminares

A referente pesquisa encontra-se em construção apesar de uma discussão em uma pesquisa anterior realizada. Baseado nas informações e conhecimentos sobre a importância do trabalho agrícola familiar em função das potencialidades e contribuição relevantes da Educação do campo nota-se uma nova configuração sociocultural discutida para as

comunidades camponesas locais. Nesta perspectiva, os agricultores familiares têm a oportunidade de apresentar e agregar seus saberes populares e atrelados com a Educação do Campo.

Como contribuição, acredita-se que apresentar a prática do saber agrícola da comunidade juntamente com a atividade do trabalho da mandiocultura do local, é uma responsabilidade de agregar valor a produção juntamente com suas histórias, conhecimentos, identidades cujo objetivo é deixar que os produtores relatem suas experiências a partir de suas vivências, suas relações com a terra e com a comunidade local. Manter a tradição da mandiocultura é uma organização pensada para suprir a renda familiar dos produtores da comunidade.

O beiju, por exemplo, é um alimento nutricional de sustentação familiar, representa um valor simbólico cultural produzido nos interiores da Bahia. Representar a sabedoria popular da comunidade nesse elemento é um desafio que a Educação do Campo deve levar também para as escolas do campo da comunidade, é demarcar como produto cultural de uma comunidade tradicional agrícola, é um reconhecimento a todo um processo de educação popular que sustenta o desenvolvimento local.

Acredita-se que essa inspiração pode tornar uma referência relevante a partir das trocas de experiências que a Educação do Campo possa conduzir para outras comunidades. Intensificar a participação desses sujeitos nos movimentos sociais do campo sob a influência da educação camponesa é também um aporte para estudos acadêmicos e fonte e outras comunidades envolvidas no movimento agrário.

5. Referências

ABRAMOWAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2009.

BIANCHINI, Valer: **O universo da Agricultura Familiar e sua Contribuição ao Desenvolvimento Rural**, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Agricultura Familiar, 2000.

BRASIL. Brasil agroecológico: **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: 216-2019 / Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica.** – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção.** Seminário Nacional, Brasília, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA–SAF–Dater–IICA, 2004.

CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.** Documentos Finais. Luziânia, GO, 27 a 31 jul. 1998.

Coleção Cadernos Temáticos. **Educação do Campo: Semiárido, Agroecologia, Trabalho e Projeto Político Pedagógico.** Santa Maria da Boa Vista/PE Setembro, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo, UNESP, 2000.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte.** Projeto de Desenvolvimento Territorial a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP, EMBRAPA, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999 a.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2 ed. Porto Alegre: Universidade–Editora da UFRGS, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Populacional 2015.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,** Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

Lei nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Nova cultura, Livro I, Tomo I, 1985.

MOLINA. Mônica Castagna. **Por uma Educação do campo.** Seminário Nacional de Educação do campo. Brasília, 2002.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná.** Presidente Prudente, [2003]. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

KOLLING, E. J. et al. **Por uma educação básica do campo.** Brasília: MST/Unb/CNBB/UNICEF/UNESCO, 1999.

SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Caderno: MEC/2002.

SANTANA, Valdir Rocha. **A priorização da produção de beiju na comunidade da Boa Vista**. (Defesa de Monografia - Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus V). Santo Antônio de Jesus-Ba, 2016.

STOFFEL, Jaime A. **A viabilidade da agricultura familiar: formas de organização produtiva no Oeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2004.

WANDERLEY, Maria N. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cad. Dif. Tecnol. V. 2, N. 1. Brasília: jan/abril, 1985.

VELOSO, Tatiana Ribeiro. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no Estado da Bahia**. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2013.

VIA CAMPESINA, Relatório do encontro. **In: Encuentro continental e For Madoresy For Madoras en agroecología, Anais... Barinas, Venezuela**: Instituto Agroecológico Latino americano Paulo Freire (IALA), agosto de 2009.

Sobre o autor e autora:

Valdir Rocha Santana

Mestrando em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Centro de Formação de Professores. Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional. Professor da Rede Pública da Educação Básica do Estado da Bahia. E-mail: valdyrsan@hotmail.com

Christiane Corrêa de Oliveira

Advogada, Professora da Rede Pública da Educação Básica do Estado da Bahia, pesquisadora em relações étnico-raciais, membro do grupo de estudo e pesquisa Direito e Africanidades - CEPAIA-UNEB. E-mail: christianecorreadeoliveira@gmail.com